



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

PARECER JURÍDICO 2017 - PMITB

PROCESSO LICITATÓRIO Nº - 007/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO - AQUISIÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO DESCARTÁVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAITUBA.

ASSUNTO - PARECER CONCLUSIVO

Concluída a Sessão do Pregão Presencial, o procedimento licitatório foi encaminhado a esta assessoria jurídica para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao parágrafo único do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93, examinou e aprovou as minutas de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito:

PARECER JURÍDICO 2017 - PMITB

PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

OBJETO - AQUISIÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO DESCARTÁVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAITUBA.

INTERESSADO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA

ASSUNTO - MINUTA DE EDITAL E CONTRATO

I - RELATÓRIO

Submete-se a apreciação o presente processo relativo ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial registrado sob o nº 007/2017, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO DESCARTÁVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

E HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAITUBA, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital, atendendo ao disposto na Lei nº 10.520/2002.

Consta no presente certame: solicitação de despesa da Secretaria Municipal de Saúde para contratação de empresa para aquisição de material técnico descartável para atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde; despacho do Secretário Municipal de Saúde de Itaituba/PA solicitando pesquisa de preço e existência de recursos orçamentários; despacho do departamento de contabilidade informando a dotação orçamentária disponível para atender a demanda; autorização de abertura de processo licitatório; autuação do processo licitatório; despacho de encaminhamento dos autos à assessoria jurídica para análise e parecer; minuta do edital e anexos, modelos de declaração de habilitação, Parecer Prévio de Regularidade do Controle Interno, etc...

Aquiesceu o Secretário Municipal de Saúde acerca da deflagração do procedimento licitatório.

Ficou estabelecido no edital o menor preço por item como critério de julgamento, atendendo ao que dispõe o art. 45 da Lei 8.666/93.

O presente processo consta o edital indicando as exigências constantes do art. 40 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º da Lei 10.520/2002, bem como a documentação que os interessados deverão apresentar para serem considerados habilitados.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para deflagração do processo administrativo licitatório bem como da apreciação da minuta de edital e seus anexos. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

III – PARECER

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal determina que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação.

A licitação configura procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa, caracterizando-se como ato administrativo formal, praticado pelo Gestor Público, devendo ser processado em estrita conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal na legislação infraconstitucional.

No que se refere a modalidade licitatória ora em análise, vale aclarar que a Lei 10.520/2002 dispõe que pregão é a modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes considerados, para os fins e efeitos desta Lei, como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais (art. 1º, parágrafo único).

Verificando que o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, como:

- I – Definição do objeto de forma clara e sucinta;
- II – Local a ser retirado o edital;
- III – Local, data e horário para abertura da sessão;
- IV – Condições para participação;
- V – Critérios para julgamento;
- VI – Condições de pagamento;
- VII – Prazo e condições para assinatura do contrato;
- VIII – Sanções para o caso de inadimplemento;
- IX – Especificações e peculiaridades da licitação.

Considerando que foram atendidas as ressalvas do Controle Interno e até então o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame e que a minuta do edital segue os preceitos legais que regem a matéria, opino pelo prosseguimento do processo licitatório em seus ulteriores atos.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

É o parecer, sub censura.

ITAITUBA - PA, 01 de Março de 2017.

Após a manifestação supratranscrita, a comissão de licitação deu início à fase externa do certame (Art. 4º incisos I a IV da Lei nº 10.520/02) e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (Art. 4º, V da Lei nº 10.520/02).

Em tempo o Edital do Pregão Presencial vem detalhando o Objeto, o Prazo de entrega, a fase de Proposta, Habilitação, julgamento e análise dos documentos, Julgamento do Recurso, Documento aplicável, Obrigações da Contratada, e Disposições Gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei do Pregão - Lei nº 10.520/02, bem como, amparada pela Lei 8.666, também houve a publicação em local público no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Itaituba, para garantir a publicidade dos atos.

No dia 24 de Março de 2017 às 09h30, hora designado para a Seleção de proposta mais vantajosa, constatou-se a presença das empresas L.M.P. CORREIA-EPP, D.C.S VASCONCELOS EPP, F.CARDOSO E CIA LTDA, PRADO PHARMA LTDA, DENYS MAURICIO CARVALHO MESSIAS EIRELI EPP, SAMED IMPORTAÇÃO COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA -EPP, SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, E DE A CAVALCANTE E CIA LTDA - ME, CRISTALFARMA COM. REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI-ME, INSTRUMED- INSTRUMENTOS MEDICO-HOSPITALARES, J.E.S. FONSECA COMERCIO EIRELLI-EPP, PORTELA & LIMA LTDA-EPP, J.A.C. DE SOUZA-ME, A.N. GARCIA DA SILVA- ME, TAPAJÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA e R C ZAGALO MARQUES CIA LTDA – EPP, devidamente credenciadas. Os representantes das empresas entregaram as propostas em envelope lacrado para ser aberto e conferido segundo as exigências do Edital.

Adiante a empresa PORTELA & LIMA LTDA – EPP não comprovou a condição de ME ou EPP.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

A comissão passou para a fase de classificação das propostas sendo classificadas todas as empresas participantes.

A comissão passou para a fase de lances e por último para a fase de Habilitação, julgando aptas as empresas vencedoras do certame, ou seja, as empresas L.M.P.CORREIA-EPP, com o valor total de R\$-433.119,00(Quatrocentos e Trinta e Três Mil, Cento e Dezenove Reais), D.C.S VASCONCELOS EPP, com o valor total de R\$-5.430,00(Cinco Mil, Quatrocentos e Trinta Reais), F.CARDOSO E CIA LTDA, com o valor total de R\$-89.450,00(Oitenta e Nove Mil, Quatrocentos e Cinquenta Reais), PRADO PHARMA LTDA, com o valor total de R\$-22.275,00(Vinte e Dois Mil, Duzentos e Setenta e Cinco Reais), DENYS MAURICIO CARVALHO MESSIAS EIRELI EPP, com o valor total de R\$-235.281,30(Duzentos e Trinta e Cinco Mil, Duzentos e Oitenta e Um Reais e Trinta Centavos), SAMED IMPORTAÇÃO COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA -EPP, com o valor total de R\$-4.634,50(Quatro Mil, Seiscentos e Trinta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos), SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, com o valor total de R\$-170.505,45(Cento e Setenta Mil, Quinhentos e Cinco Reais e Quarenta e Cinco Centavos), E DE A CAVALCANTE E CIA LTDA - ME, com o valor total de R\$-412.727,00(Quatrocentos e Doze Mil, Setecentos e Vinte e Sete Reais), CRISTALFARMA COM.REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, com o valor total de R\$-52.488,00(Cinquenta e Dois Mil, Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais), PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI-ME, com o valor total de R\$-362.379,80(Trezentos e Sessenta e Dois Mil, Trezentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta Centavos), INSTRUMENTOS MEDICO-HOSPITALARES, com o valor total de R\$-6.567,50(Seis Mil, Quinhentos e Sessenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos), J.E.S. FONSECA COMERCIO EIRELLI-EPP, com o valor total de R\$-64.898,40(Sessenta e Quatro Mil, Oitocentos e Noventa e Oito Reais e Quarenta Centavos), PORTELA & LIMA LTDA-EPP, com o valor total de R\$-93.708,70(Noventa e Três Mil, Setecentos e Oito Reais e Setenta Centavos), J.A.C. DE SOUZA-ME, com o valor total de R\$-150.723,20(Cento e Cinquenta Mil, Setecentos e Vinte e Três Reais e Vinte Centavos), A.N. GARCIA DA SILVA- ME, com o valor total de R\$-19.193,88(Dezenove Mil, Cento e Noventa e Três Reais e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

Oitenta e Oito Centavos), com o valor total de R\$-2.123.381,73 (dois milhões, cento e vinte e três mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e três centavos). Para cada item cotado, verificou-se a proposta inicial dos proponentes. Após lances sucessivos, foi definido o menor preço unitário. Não houve impetração de recurso. Por fim, o pregoeiro adjudicou os itens, sendo referida adjudicação homologada pela autoridade superior.

Razão que neste momento o Assessor Jurídico emite o seu Parecer Favorável em todos os atos do Processo de Licitação até o momento praticado já que foram observados todos os procedimentos para assegurar a regularidade e a legalidade de todos os atos praticados pela Comissão no procedimento, bem como, encaminha ao Gestor para que realize Homologação, preenchendo assim os requisitos do art. 38 e incisos e do art. 43 e incisos, ambos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Após tais argumentos, e tendo em vista o estrito cumprimento das Leis nº 10.520 e 8.666/93, observados todos os procedimentos para assegurar a regularidade e a legalidade de todos os atos praticados pela Comissão no procedimento, é nosso Parecer no sentido de que deva se dar prosseguimento ao processo, homologando-o e efetivando a contratação do licitante vencedor.

É o parecer, sub censura.

ITAITUBA - PA, 25 de Março de 2017.

Atemistokhles A. de Sousa
Procurador Jurídico Municipal
OAB/PA nº 9.964